

I JORNADA CIENTÍFICA

DA FACULDADE META

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MACAPÁ-AP: REALIDADE E DESAFIOS

Bianca Dagmar Guedes de Lima¹

Samarah de Souza Marques Sena²

Richard Douglas Coelho Leão³

Efigênia das Neves Barbosa Rodrigues⁴

Valdiney Valente Lobato de Castro⁵

EIXO: EDUCAÇÃO

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar como o currículo da educação ambiental contribui para a construção do conhecimento dos alunos do primeiro período da educação infantil em uma escola da rede municipal de educação da cidade de Macapá-AP. A pesquisa foi de natureza qualitativa do tipo estudo de caso, com o intuito de verificar como são desenvolvidas as práticas curriculares de educação ambiental na Educação Infantil, de que forma os professores desenvolvem as suas atividades e quais as percepções trabalhadas na escola. Os instrumentos utilizados foram observação e entrevista semiestruturada. Também foi utilizada pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos. Através da pesquisa foi constatado que a educação ambiental ajuda o professor a traçar estratégias de trabalho para envolver os alunos da Educação Infantil a mudar hábitos e construir conhecimentos e posturas de respeito ao meio ambiente e, assim, o educador, deve ensinar ao discente, da forma mais simples possível, o necessário ao aprendizado das questões ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Currículo; PCN's;

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica de Pedagogia

² Acadêmica de Pedagogia

³ Graduação em Ciências Sociais (UFPA, 2004), especialização em Gestão Ambiental (IBPEX, 2006), doutorado em Ciências Sociais (UNESP, 2020)

⁴ Graduação em Pedagogia (UFPA, 1994), especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico (IBPEX, 2007), mestrado em Desenvolvimento Regional (UNIFAP, 2015)

⁵ Graduação em Letras (UFPA, 2000), graduação em Pedagogia (UNICID, 2019), mestrado em Letras (UFPA, 2014), doutorado em Letras (UFPA, 2018)

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº9795/1999 entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida sua sustentabilidade.

Logo, a educação ambiental é de fundamental importância no processo de aprendizagem dos alunos desde os anos iniciais da vida estudantil, haja vista, que é quando os educandos começam a ter conhecimento das questões ambientais, e aos poucos começam a entender como o meio ambiente funciona e a importância da preservação do mesmo para a melhoria da qualidade de vida.

Com o crescimento da globalização, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, o contato das crianças com as naturezas vem diminuindo constantemente, as cidades vão evoluindo e o verde vai ficando cada vez mais distante do espaço urbano.

A cada dia que passa as questões ambientais são sempre citadas, porém, pouco praticadas, principalmente no espaço escolar, onde a criança deve ser conscientizada desde os primeiros anos, para tornar-se um adulto preocupado e consciente com o meio ambiente.

Diante desta problemática, o presente artigo buscou trazer reflexões acerca da temática educação ambiental nos 2º e 3º anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Duarte de Azevedo, localizada na cidade de Macapá- Ap e de como o docente pode trabalhar esse tema de uma forma que contemple a realidade a qual os alunos estejam inseridos.

Os docentes e os educandos são os principais agentes quando o assunto é conscientização sobre o meio ambiente, visto que é na escola o primeiro contato das crianças com assuntos como o respeito, conscientização e cuidado com o meio ambiente.

Temas transversais como meio ambiente são considerados difíceis pelos docentes, pois as salas são sempre lotadas e o currículo da escola é cheio de conteúdos nos quais eles se vêem são obrigados a trabalhar. Essa falta de um currículo flexível dificulta que o professor consiga abordar em suas aulas temas relacionados a educação ambiental.

É fato que as escolas públicas, tanto as municipais quanto as estaduais, sofrem com inúmeras dificuldades, seja na infraestrutura, falta de material ou ausência de professores, mas que ainda assim precisam incluir a educação ambiental no cotidiano escolar.

Cientes dessas dificuldades, foi percebido nas atividades de estágio que os educadores já trabalharam alguma vez com o tema educação ambiental, plantando na escola, reciclando materiais do lixo, entre outras formas e adotando metodologias ativas.

Apesar de ser uma forma importante de trabalhar essa temática, a educação ambiental pode ser incluída em outras disciplinas, de forma interdisciplinar, o que enriquece o trabalho docente e, ao mesmo tempo, promove melhor integração do aluno com realidade que vive.

Diante do exposto, este artigo é fruto de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso do 8º semestre de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Tecnologia do Amapá-Meta, que teve como campo de pesquisa a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Duarte de Azevedo, localizada na rua São Paulo, N° 113, bairro Pacoval no Município de Macapá Estado do Amapá; tendo como alvo de pesquisa as turmas de 2º e 3º ano do turno da tarde.

Como problemática buscamos saber quais os principais desafios enfrentados pelos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Duarte de Azedo para trabalhar educação ambiental no cotidiano escolar?

As hipóteses levantadas foram a falta de capacitação dos docentes são os principais são os principais desafios no que diz respeito a trabalhar a educação ambiental dentro do cotidiano escolar e a comodidade de permanecer exercendo uma prática tradicional, limitada somente a conteúdos de livros didáticos.

A escola precisa assumir uma missão fundamental a respeito da necessidade de reconfiguração da sociedade. Logo, a compreensão do ambiente natural e social, assim como os valores que o fundamentam, a formação de novas atitudes e valores e o fortalecimento de laços de solidariedade humana que irão legitimar ainda mais a prática da Educação ambiental e que também irão compartilhar dos mesmos objetivos supracitados.

A dificuldade de ter a interdisciplinaridade contextualizada inclusa no currículo escolar para se adequar à faixa etária dos educandos, que vise a criação de novas práticas e valores frente à responsabilidade individual e coletiva no que tange a problemática sobre o meio ambiente.

O objetivo geral do trabalho é investigar os desafios postos aos professores para trabalhar a temática da educação ambiental nos anos iniciais a partir das metodologias de ensino utilizadas em sala de aula, enquanto que os objetivos específicos buscaram identificar como a escola trabalha/ trabalhos sobre questões ambientais nos anos iniciais; verificar como a educação ambiental pode ser inserida de forma interdisciplinar nos anos iniciais; analisar a realidade da escola e a prática do docente com relação a temática ambiental.

Inicialmente começamos o estudo com a formação teórica sobre o tema, indiciando-se por uma pesquisa bibliográfica que segundo Boccato (2006, p.266), a pesquisa bibliográfica

busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referencial teórico, e para analisar pesquisas sobre o tema escolhido, trazendo conhecimento científico.

Assim sendo, fizemos o levantamento de artigos, revistas e livros, para através das leituras, obtermos mais conhecimento sobre o tema em estudo. Para fins de coletas de dados, optou-se pela aplicação de um questionário contendo no total 14 perguntas abertas e fechadas, onde os sujeitos da nossa pesquisa foram as professoras do 2º e 3º ano, a coordenadora pedagógica do turno da tarde e Diretora da referida escola.

Para Gil (1999, p. 128) o questionário pode ser definido “[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

As perguntas abertas investigam as respondentes a fornecer respostas usando suas próprias palavras. Elas são criadas a fim de obter mais informações que o possível com o uso de perguntas acerca do tema. Enquanto as perguntas fechadas são aquelas que têm respostas pré-determinadas para que as respondentes possam escolher.

Em alguns casos, as perguntas fechadas podem ser respondidas por uma simples resposta como por exemplo: Sim, Não, Com Certeza. O instrumento foi organizado pelas acadêmicas, sob a orientação do professor orientador Richard Leão.

Através da Coleta de dados foi possível obtermos possíveis respostas às hipóteses levantadas no início do projeto de pesquisa. Durante a pesquisa de campo, foi possível também conversarmos de forma bastante interativa com as professoras sobre suas maiores dificuldades de trabalhar a educação ambiental dentro de sala de aula e no cotidiano escolar e com a coordenadora pedagógica e Diretora sobre as dificuldades de implementarem projetos na escola que estejam relacionados ao tema da pesquisa.

A pesquisa será de cunho qualitativo, que segundo Dezin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Os autores, ainda destacam que o pesquisador qualitativo acredita que tem melhor condição de se aproximar da perspectiva do ator por meio da entrevista e da observação direta. Dessa forma, buscamos compreender não apenas os dados apresentados, mas sim, as circunstâncias que englobam estes.

DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com o professor do Departamento de História da Universidade do Kansas e um dos fundadores da Sociedade Americana da História Ambiental, Donald Worster, foi durante o ano de 1945 que marcou a “ecologização” das sociedades ocidentais (LEFF, 2001).

Convém lembrar, que nesse mesmo ano, foram realizadas várias experiências, com a bomba atômica, durante a Segunda Guerra Mundial e isso, conseqüentemente, culminou com os ataques em Hiroshima e Nagasaki. Para Donald Worster, esses ataques no Japão, marcaram o princípio do ambientalismo contemporâneo.

A história da Educação ambiental no Brasil foi influenciada pelo movimento ambientalista no final do ano de 1960; onde houve o crescimento e também o fortalecimento das lutas em prol da defesa do meio ambiente.

Através disso, foi possível despertar a conscientização da população com relação ao que diz respeito ao meio ambiente. No ano de 1968, foi criado o Clube de Roma, pelo italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, que tinha como objetivo reunir um grupo de pessoas influentes que debatiam diversos temas, entre eles, meio ambiente.

Em 1972 na Conferência das Nações, em Estocolmo, os principais resultados formais do encontro constituíram a Declaração sobre o Ambiente Humano presentes como as futuras, tenham reconhecidas como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado.

Ainda como resultado da Conferência de Estocolmo, no mesmo ano a ONU criou um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o meio ambiente – PNUMA, sediado em Nairobi. A universidade Federal do Rio Grande do Sul criou o primeiro curso de Pós-graduação em Ecologia do país.

Em 1975, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, A UNESCO promoveu em Belgrado (Lugoslávia), um encontro internacional em Educação Ambiental, onde criou o Programa Internacional de Educação Ambiental-PIEA que formulou os seguintes princípios orientadores: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.

A Carta de Belgrado constitui um dos documentos mais lúcidos e importantes gerados nesta década. Fala sobre a satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra. Propõe temas que falam que a erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação, devam ser tratados em conjunto.

Nenhuma nação deve se desenvolver às custas de outra nação, havendo necessidade de uma ética global. A reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento.

A juventude deve receber um novo tipo de educação que requer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidade, entre o sistema educacional e sociedade. Finaliza com a proposta para um programa mundial de Educação Ambiental.

Em 1976, é realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi (ex-URSS) organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA. Foi o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em 1975. Definiu-se os objetivos, as características da EA, assim como as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional.

No mesmo ano, no Brasil, o Conselho Federal de Educação tornou obrigatória a disciplina Ciências Ambientais em cursos universitários de Engenharia. Em 1978, os cursos de Engenharia Sanitária já inseriam as matérias de Saneamento Básico e Saneamento Ambiental.

Em 1979, foi efetivada a realização do Seminário de Educação Ambiental para América Latina realizado pela UNESCO e PNUMA na Costa Rica. O departamento do Ensino Médio/MEC e a CETESB publicam o documento “Ecologia -Uma proposta para o Ensino de 1º e 2º graus”

Em 1985, saiu o parecer 819/85 do MEC reforça a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a “formação da consciência ecológica do futuro cidadão”.

Em 1987, foi criada a estratégia Internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90 documento final do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao meio ambiente, realizado em 1987 em Moscou, Rússia, promovido pela UNESCO. Ressalta a importância da formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da EA e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis.

Em 1989, a Constituição da República Federativa do Brasil dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, Inciso VI, determina ao “... Poder Público, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino...” houve também, a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental no Rio Grande do Sul.

Ademais, a realização do Primeiro Fórum de Educação Ambiental promovido pela CECAE/USP, que mais tarde foi assumido pela Rede Brasileira de Educação Ambiental. Em 1989, foi concretizado a 3º Conferência Internacional sobre Educação Ambiental para as Escolas de 2º Grau com o tema Tecnologia e Meio Ambiente, em Illinois/USA.

Com a Declaração Mundial sobre Educação para todos: Satisfação das Necessidades Básicas de aprendizagem, realizada em Jotien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, reitera: “confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente...”.

Após a realização da Conferência das Nações Unidas, o Rio- 92 e o avanço da legislação ambiental, tornou-se possível a consolidação da Educação Ambiental. Em consequência disso, houve aumento considerável de professores e demais trabalhadores da educação, escolas e universidades envolvidos com a educação ambiental.

E ao longo da década de 1990 observam-se as primeiras ações concretas de maior envergadura do MEC, que promove iniciativas de formação de professores, cria o primeiro Programa Nacional de Educação Ambiental e institui o tema transversal meio ambiente nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A educação ambiental se consolidou como componente importante da educação brasileira. Em 27 de abril de 1999 foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); que foi sancionada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que tem como objetivo estimular a conscientização pública sobre o dever de proteger o meio ambiente por meio da educação.

Logo em seguida ao estabelecimento da PNEA, o avanço intenso da institucionalização da educação ambiental, tanto no âmbito escolar quanto da gestão ambiental, com a publicação de inúmeros documentos técnicos oficiais, normas, diretrizes, materiais de apoio à formação, políticas estaduais e municipais. Nesse contexto, o MEC intensifica várias ações e consegue contribuir para praticamente universalizar a presença da educação ambiental nas escolas.

Com base nas vivências de estágios supervisionados, observamos que as escolas realizavam a educação ambiental (seja como projeto, disciplina, tema transversal, via projeto político pedagógico, integração entre duas ou mais disciplinas).

Ainda na legislação, baseado na Lei N° 9.795 de 27 de abril de 1999, em seu Art° 1°, a educação é vista como uma das principais formas de atingir tal consciência, haja vista, que é por meio dela que “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Nessa premissa, o Art. 2°, da referida Lei determina que: “A Educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma

articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Em caráter formal é entendida como um processo desenvolvido na instituição escolar, com planejamentos curriculares de ensino público e privado, englobando os níveis de educação infantil, fundamental e médio, educação superior, educação especial, educação profissional e de jovens e adultos. Devendo ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

Em caráter não formal, é considerada como um processo desenvolvido através de ações e práticas educativas voltadas a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Este processo deve ser incentivado pela difusão dos meios de comunicação de massa, campanhas educativas, informações temáticas sobre o meio ambiente, participação das escolas, universidades, ONG's, empresas públicas e privadas e sensibilização da sociedade em geral.

As crescentes crises sócio ambientais têm gerado cada vez discussões a respeito de como conciliar desenvolvimento sócio econômico e meio ambiente. Desde as últimas décadas do século XX a comunidade internacional tem se organizado para tentar encontrar soluções para as crescentes transformações ambientais que afetam todo o planeta.

Tais transformações mostram que se faz cada vez mais necessário um (re) pensar sobre o meio ambiente; das ações do homem e o seu habitat. Logo, é de fundamental importância, iniciar uma formação consciente nos educandos sobre a preservação do meio ambiente e sua importância para a vida desde os anos iniciais da vida estudantil, para assim gerar uma qualidade de sustentável para as gerações futuras.

Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como instrumento de modificação daquilo que Santos (apud Teixeira 2007) chama de “paradigma dominante”. A cartilha principal desenvolvida pela Secretaria da Educação do Amapá define a educação ambiental como sendo:

[...] um processo permanente, no qual o indivíduo e a comunidade tomam consciência do seu papel no meio ambiente, adquirindo conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir individual e coletivamente na resolução dos problemas ambientais presentes e futuros [...]

Dessa forma, a educação ambiental vai além de uma prática pedagógica voltada apenas para a transmissão de saberes ecológicos, esclarecendo também as correlações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais do mundo, contribuindo para a formação de um espírito

de responsabilidade, comprometimento e solidariedade entre os indivíduos, propiciando desta forma, o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

O desenvolvimento sustentável é um conceito sistêmico que se traduz num modelo de desenvolvimento global e incorpora aspectos do desenvolvimento ambiental. Foi usado pela primeira vez em 1987 no Relatório Bründtland que o concebe como sendo “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Este relatório além de reforçar as relações existentes entre economia, tecnologia, sociedade e política também considera a necessidade de uma nova postura ética. Debater sobre educação ambiental deixou de ser um assunto exclusivo

dos movimentos sociais ambientalistas ou de pessoas especializadas do campo ambiental, mas toda sociedade deve estar inserida nessa discussão; e no percurso escolar essa responsabilidade está intrínseca, ou seja, de formar cidadãos éticos e comprometidos para o bem da sociedade, implicando que esta abordagem deva acontecer desde a pré-escola até ao ensino superior (HAETINGER, 2012).

Diante da preservação do meio ambiente, caracterizada pela correlação entre as gerações. Jacobi nos diz que:

As dimensões apontadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável contemplam cálculo econômico, aspecto biofísico e componente sociopolítico, como referenciais para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalecente. O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas, a uma estratégia ou a um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica [...] (2003, p. 194).

O desenvolvimento sustentável vai encerrar uma proposta que vai abranger a preservação ambiental sem que haja prejuízos a lógica econômica. Existem, no entanto, barreiras a serem superadas. Nem todos os segmentos da sociedade compartilham o mesmo entusiasmo daqueles que defendem o conceito de desenvolvimento sustentável, sobre isso Jacobi nos diz que:

Atualmente, o avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias são atribuídas às instituições sociais, de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade [...] (JACOBI, 2003, p. 196)

Portanto, é necessário que os sistemas de informação e as instituições sociais, tornem-se agentes facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável. O despertar para preservar o meio ambiente precisa ser inserido na sociedade desde a infância, pois é necessária a compreensão de que as ações humanas afetam diretamente o ambiente em que se vive. Dessa forma, educar desde os anos iniciais que a preservação é essencial para uma qualidade de vida saudável (LANFREDI 2002).

Em continuidade a essa abordagem, a vida sustentável vai muito além do que consumir de forma responsável é estar acima de tudo, comprometida com o meio ambiente e isso é possível acontecer colocando em prática pequenas atitudes no dia a dia. Para que haja esse equilíbrio com relação ao meio ambiente, pensasse logo em desenvolvimento sustentável através do ensino de educação ambiental.

Para se trabalhar as questões ambientais nos anos iniciais, o professor precisará de muita dedicação e estar sempre buscando por novas metodologias de ensino, para uma melhor compreensão do tema (PHILIPPI JR; PELICONE, 2000).

O professor deve ser um mediador social, diante disso, seu planejamento deve ser pensado e feito numa perspectiva histórico crítico social dos conteúdos, para estimular os educandos a refletirem e se posicionarem sobre assuntos que estejam relacionados às suas realidades.

Além disso, uma educação ambiental crítica é aquela que adota um enfoque complexo que se debruce tanto sobre o exame das raízes como das causas da crise e trabalhe a mudança cultural e a transformação social de modo simultâneo ao enfrentamento pedagógico da crise. (MELGAR, 2005).

De acordo com Saviani (2000), a escola durante todo o ano letivo dedica muito tempo com atividades de temas que não irão contribuir diretamente a vida dos alunos e as necessidades da escola, como por exemplo as comemorações que vão do carnaval ao natal. A escola deveria dedicar mais tempo com questões importantes e que se aproximam da realidade vivida pelos alunos.

Uma vez que, o contato com o meio ambiente, associando a teoria com a prática (práxis educacionais), é que o aluno conseguirá assimilar o conteúdo de forma ampla e contínua e assim, contribuir de forma significativa para a preservação do meio ambiente. Tanto os professores quanto as famílias necessitam se envolver em ações que visam esses objetivos, ações que veem a educação e o meio ambiente como importantes nesse processo de ensino aprendizagem (FERRAÇO, 2007; JACOBI, 2005).

Por isso, desde cedo, as escolas são responsáveis por atuar juntamente com as famílias em casa, na formação de valores e princípios das crianças para se tornarem cidadãos responsáveis e viver em sociedade. É primordial que as escolas incorporem aos seus currículos e também às suas propostas pedagógicas ações e projetos que incentivem práticas ambientalmente corretas, em todas as fases de ensino.

Complementando, Silva (2008) e Oliveira (2003) também veem a importância da educação ambiental no currículo, pois a escola é o principal ambiente que vai possibilitar conhecimentos de diversas áreas através de conhecimento científico, e o professor é o mediador nesse processo de aprender e ensinar.

A educação ambiental no cotidiano escolar não é para ser lembrada somente no dia do meio ambiente ou dia da árvore, deve ser planejada envolvendo a comunidade escolar. A educação ambiental não precisa ser trabalhada só nas disciplinas de ciências e biologia, mas de forma interdisciplinar, para construir uma prática social coletiva (BERMUDEZ; LONGHI, 2008).

A escola deve desenvolver métodos em que o aluno seja visto como sujeito do processo. Os conteúdos precisam ser avaliados e que exista relação entre uma disciplina e outra, de forma interdisciplinar. De acordo com Sato (2002):

Há diferentes formas de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem reconhecidos como agentes ativos no processo que norteia a política ambientalista. Cabe aos professores, por intermédio de prática interdisciplinar, proporem novas metodologias que favoreçam a implementação da Educação ambiental, sempre considerando o ambiente imediato, relacionado a exemplos de problemas atualizados. (SATO, 2002, p. 25).

A educação ambiental deve ser vista como essencial no currículo escolar, e ser inserida em diversas matérias. Uma vez que, segundo Sato (2002, p. 10), a educação ambiental “[...] sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais dos seres humanos”, tendo sua grande importância no currículo escolar para uma boa educação.

Haja vista, que a Educação ambiental deve ser considerada essencial no que se refere ao desenvolvimento sustentável com o meio ambiente, e é o sustentáculo para as gerações futuras que buscam o crescimento de forma estabilizada.

A educação ambiental vai trabalhar nos educandos não só a consciência de preservação, como também, a importância de exercer a cidadania de forma correta. Portanto, o ser humano deve compreender desde cedo, que precisa cuidar e preservar o ambiente em que

vive, visto que, o futuro depende do equilíbrio entre o homem e a natureza e também ao uso racional dos recursos naturais.

Quintas (2009) salienta que a educação ambiental é considerada um instrumento imprescindível, que proporciona aos diversos atores sociais, buscando uma cidadania plena. E isso é fruto de uma construção histórica que perpassa a evolução do ambientalismo e da legislação ambiental.

Porém, Crespo (2003) e Edwards et al (2002) denunciam a forma fragmentada e descontextualizada com que os temas ambientais vêm sendo trabalhados nos âmbitos educacional, formal ou informal demonstram que as pessoas de maneira geral, incluindo-se aí os professores, apresentam uma percepção fragmentária da problemática ambiental.

Condição que, entre outras limitações, dificulta o desenvolvimento de uma compreensão crítica do Desenvolvimento Sustentável e inibe a efetivação de propostas educacionais transformadoras.

Souza (2007), salienta que a educação quando for comprometida com a realidade socioambiental vai constituir uma prática social que requer um **conjunto** de ações intencionais em prol da sustentabilidade e uma das suas finalidades é contribuir para a humanização e emancipação do homem e para a formação de cidadãos críticos.

De acordo com o referido autor, vamos nos tornando humanos ou nos desumanizando no decorrer de nossa vida, não só com nossas experiências, mas também com as condições que construímos para a vida pessoal e na coletividade. O ser humano é um ser de relações, e as estabelecidas com o meio natural e social não obedecem a padrões, elas estão em constante mudança, transformação.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS E NA REALIDADE AMAPAENSE

Desde as décadas do século XX, a comunidade internacional tem pensado em soluções para resolver as questões ambientais que vem crescendo cada vez mais e trazendo diversos problemas para o planeta. Tais questões deixam evidente que se o comportamento do homem com a natureza não mudar, todos os recursos naturais chegarão ao fim.

O Estado do Amapá tem grande importância quando se trata de preservação, pois diferente de outros estados da federação, ainda tem intacta boa parte das florestas, sendo rico em diversidade. Pensar em maneiras de trabalhar essas questões ambientais nas escolas de Macapá é de fundamental importância tanto para a formação dos alunos quanto para garantir um futuro melhor para todos.

É preciso entender como a educação ambiental tem sido inserida nos currículos escolares, pois através disso é que novas práticas educativas em diferentes áreas irão surgir, além de esclarecer os possíveis problemas na forma que a educação ambiental está sendo trabalhada nas escolas brasileiras.

Se pretendermos que a escola forme indivíduos com capacidade de intervenção na realidade global e complexa, teremos de adequar a educação, em seu conjunto, aos princípios do paradigma da complexidade e, por conseguinte, às características de uma aproximação sistêmica. Temos de promover uma educação que responda precisamente a essa realidade global e complexa, e que dê uma resposta adequada a seus problemas, entre eles o da crise ambiental (PARDO DÍAZ, 2002, p. 35).

Neste contexto que a educação ambiental surge como fundamental objeto de conscientização com o meio em que vivemos, de desenvolvimento de sujeitos engajados em cuidar do meio ambiente, viver de forma mais sustentável e contribuir de alguma forma para melhorar a qualidade de vida de todos.

Santos (apud Teixeira 2007) chama de “paradigma dominante”. A cartilha Principais Programas Desenvolvidos Pela Secretaria de Estado da Educação do Amapá, que define a educação ambiental como sendo

[...] um processo permanente, no qual o indivíduo e a comunidade tomam consciência do seu papel no meio ambiente, adquirindo conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir individual e coletivamente na resolução dos problemas ambientais presentes e futuros [...] (1999, p.02).

Deste modo, a educação ambiental vai muito além de uma prática pedagógica pensada a curto prazo, é um tema que precisa estar constantemente sendo trabalhado nas escolas, sendo relacionado a economia, políticas e culturas ambientais de todo o mundo. É preciso contribuir no desenvolvimento de diversas áreas de formação para assim chegar em uma sociedade sustentável.

Para Herman (1992, p. 14), ao falar de Meio Ambiente, a tendência é “[...] pensar nos inúmeros problemas que o mundo enfrenta com relação à questão ambiental: lixo, poluição, desmatamento, espécies em extinção e testes nucleares são, dentre outros, exemplos de situações lembradas”. Isso se dá ao fato de a grande mídia divulgar a muitos anos informações sobre os problemas ambientais, para assim compreender a gravidade da situação e vir a desenvolver valores e atitudes positivas ao Meio Ambiente, visto que a educação ambiental é importante no processo de ensino aprendizagem, principalmente para a formação de cidadãos responsáveis e preocupados a solucionar os problemas do meio ambiente.

Nas escolas, a educação ambiental pode ser desenvolvida através de projetos, e que segundo Capra (2003), é uma proposta alinhada com a necessidade de novas estratégias de ensino adequadas, com o currículo que valorize a interdisciplinaridade.

O ensino sobre o meio deve contribuir principalmente para o exercício da cidadania, estimulando a ação transformadora, além de buscar aprofundar os conhecimentos sobre as questões ambientais de melhores tecnologias, estimular a mudança de comportamentos e a construção de novos valores éticos menos antropocêntricos. (BERNA, 2001, p.18)

Ao trabalhar a educação ambiental com os alunos, é preciso ultrapassar os muros da escola, entendendo a realidade de cada aluno e como eles podem colocar em prática no seu dia a dia. Além disso, observar ao redor da escola problemas que podem ser trabalhados dentro da instituição de ensino, também é uma forma de relacionar com a realidade que todos conhecem.

Os professores, por sua vez, “devem desenvolver não só uma compreensão das circunstâncias em que ocorre o ensino, mas que, juntamente com os alunos, devem desenvolver também as bases para a crítica e a transformação das práticas sociais que se constituem ao redor da escola.” (GIROUX, 1990, p. 382).

Nesse contexto que a escola é vista como a principal ferramenta na formação da cidadania e respeito com o meio ambiente, pois oferece aos sujeitos uma forma mais ampla de ver como eles podem ter uma posição participativa e consciente com relação ao meio ambiente (FERREIRA; PEREIRA; BORGES, 2013).

A prática da educação ambiental nas escolas, desde as séries iniciais, tem o grande potencial de atingir os demais segmentos da sociedade, já que trabalhar com questões ambientais na escola pode proporcionar aos alunos uma formação e transformação que poderá ser levada além dos muros da mesma (SILVA, 1995). Dessa forma, esse conhecimento adquirido será a base para suas futuras ações.

É durante as etapas de reflexão sobre o como – a procura a fase da tomada de consciência de suas próprias ações – e de procura do porquê – fase das explicações causais – que os alunos tem a oportunidade de construir sua compreensão dos fenômenos físicos. (PIAGET, 1978, p. 176).

Sendo uma ação educativa permanente, a educação ambiental deve fazer parte da formação cidadã não somente do aluno, mas também do professor. Para Ferreira (2010), a não formação do educador pode impedir a prática ambiental na escola, por isso é importante entrar em questão a formação e a prática do professor sobre a temática educação ambiental, mesmo

ainda sendo considerado um tema relativamente recente, quando se trata da inclusão em programas de formação docente e também da inserção no currículo das escolas.

Sendo assim, são muitas as dificuldades que o professor se depara ao colocar em prática uma educação voltada a questões ambientais (BONOTTO, 2005). Então compreende-se a importância em analisar como é a relação entre a prática da educação ambiental nas escolas e a formação inicial dos professores.

PCN'S E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) conduziram – de 2001 a 2018 – as práticas educacionais que visam a inserção da educação ambiental no ensino. Dessa forma, a educação ambiental é inserida dentro do tema meio ambiente, sendo um tema transversal, e esses temas transversais se enquadram em diferentes campos do conhecimento (BRASIL, 1998).

Os PCN's mostravam que a questão ambiental deve ser trabalhada de forma contínua e integrada, não sendo vista como uma única disciplina específica. E isso explica o fato que quando se trabalha o tema meio ambiente, dificilmente ela não está integrada a uma disciplina do currículo, como ciências e geografia, se tem a necessidade de explorar outras áreas do saber (BRASIL, 1998).

Ainda de acordo com os PCN's, a prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade se relacionam muito bem e podem estar juntas, pois a interdisciplinaridade tem como característica a transversalidade. Dessa forma, a interdisciplinaridade vai relacionar os conhecimentos entre as disciplinas, enquanto a prática transversal vai mais além, ela vai possibilitar que essa prática educativa estabeleça relação entre aprender na realidade e da realidade (BRASIL, 1998).

Com a proposta de se dar ao currículo uma dimensão social e contemporânea, ao discutir temas relevantes em determinado contexto histórico-social, foi instaurada perspectiva dos temas transversais. A transversalidade da questão ambiental é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto conceitual (conceitos, fatos e princípios), como procedimental (relacionados com os processos de produção e de resignificação dos conhecimentos) e, também atitudinal (valores, normas e atitudes) possuem determinadas características em comum: não configuradas como áreas ou disciplinas, as quais são abordadas a partir de uma multiplicidade de áreas e, ligadas ao conhecimento adquirido por meio da experiência, com repercussão direta na vida cotidiana (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Para melhor explicar os inúmeros desafios que o ensino formal enfrenta para pôr em prática a educação ambiental, Carvalho (2005, p. 59) faz o seguinte questionamento: “Afinal,

como ocupar um lugar na estrutura escolar desde essa espécie de não lugar que é a transversalidade?” Para o autor, a educação ambiental como tema transversal pode ter sua grande relevância por estar presente em diferentes lugares, como também de não aparecer dentro da estrutura curricular.

Segundo Cuba (2010) a temática ambiental precisa ser tratada de maneira científica, como uma disciplina específica no currículo, mas sem deixar de inserir a interdisciplinaridade. Assim como Santos (2007) também defende que para estudos dos problemas sobre o meio ambiente seria por meio de uma disciplina específica presente nos currículos das escolas, dessa forma iria alcançar uma mudança significativa na formação e na vida dos alunos, tornando-os agentes ativos na defesa do meio ambiente e que buscam por hábitos mais ecológicos e saudáveis de vida.

As observações mostram que os PCN's através de seus temas transversais, que o currículo escolar centrado apenas nas disciplinas fixas da grade curricular, acaba causando uma redução da educação ambiental, como se servisse apenas para a transmissão de informações sobre o tema. Mas Leff (2001, p. 261) afirma que:

O ensino tradicional básico falha não tanto por ser disciplinar, mas por não impulsionar e orientar as capacidades cognitivas, criativas dos alunos, e por estar desvinculado dos problemas do contexto sociocultural e ambiental. A pedagogia ambiental deve gerar um pensamento da complexidade que seja crítico, participativo e propositivo.

Pode-se observar que a maioria dos autores aderem a ideia de que a educação ambiental deve e precisa ser trabalhada em uma visão transversal e interdisciplinar na prática docente. Para que isso ocorra, se faz necessário que as questões sobre o meio ambiente sejam tratadas com maior importância no currículo escolar, não de forma isolada, mas que faça parte das ações pedagógicas do professor (OLIVEIRA, 2007).

Na prática, teremos de manter pôr um bom tempo a educação formal como está hoje tentando introduzir a EA de forma a conquistar um espaço tal qual que permita que elas se misturem e a EA perpassa todas as áreas do conhecimento (AB'SABER, 2003, p. 1-2).

Portanto, a prática do ensino de educação ambiental ainda enfrenta muitos desafios, e isso precisa ser solucionado para que essa prática possa atingir os objetivos que os PCN's trazem como propostas. Um dos desafios enfrentados é na tentativa de inserção no currículo escolar, dessa forma a escola não consegue oferecer as condições necessárias para os professores realizarem um trabalho coletivamente com várias áreas do conhecimento. Esse

obstáculo dificulta o trabalho transversal e interdisciplinar, que foram justamente pensadas para a prática da educação ambiental nas escolas (BRASIL, 2001).

Interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e engajamento de educadores num trabalho em conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de um mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual (LÜCK, 2003, p. 64).

Sobre a política nacional de educação ambiental, de acordo com Rivelli (2014) desde o século XIX já tinha a existência de legislações que falavam sobre o meio ambiente. A Lei nº 1, de 01 de outubro de 1828, já citava sobre questões ambientais e ainda relacionava a polícia como o principal meio para zelar pelos poços, chafarizes, fontes e qualquer outra construção que era comum na época, assim como a plantação de árvores.

Futuramente foi validada a Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967, que “Dispõe sobre a Proteção à Fauna”, traz em seu artigo 1º:

Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedades do Estado, sendo proibido a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha. (BRASIL, 1967).

Mesmo que seja indispensável, Rivelli (2014) cita que apenas a validação da legislação não pode ser vista como garantia de reais mudanças. Sem dúvidas, a existência da lei já é considerada um passo muito importante para reforçar essas ações de mudanças. Dessa forma, a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA), é um exemplo de grande relevância, sendo visto como um instrumento fundamental para o desenvolvimento de atividades relacionadas a educação ambiental.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse artigo é fruto de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do 8º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Tecnologia do Amapá (Meta), que teve como campo de pesquisa a Escola Municipal do Ensino Fundamental José Duarte de Azevedo, localizada na rua São Paulo, Nº 113, bairro Pacoval no município de Macapá, Estado do Amapá; tendo como alvo de pesquisa as turmas de 2º e 3º ano do turno da tarde.

Este trabalho tem por objetivo analisar e coletar dados de como vem sendo trabalhada a Educação Ambiental dentro do cotidiano escolar nessas respectivas turmas e turno e quais as maiores dificuldades e desafios enfrentados por esses docentes.

Inicialmente começamos o estudo com a formação teórica sobre o tema, indiciando-se por uma pesquisa bibliográfica que segundo Boccato (2006, p.266), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referencial teórico, e para analisar pesquisas sobre o tema escolhido, trazendo conhecimento científico. Assim sendo, fizemos o levantamento de artigos, revistas e livros, para através das leituras, obtermos mais conhecimento sobre o tema em estudo.

Para fins de coletas de dados, optou-se pela aplicação de um questionário contendo no total 14 perguntas abertas e fechadas, onde os sujeitos da nossa pesquisa foram as professoras dos 2º e 3º ano, a coordenadora pedagógica do turno da tarde e Diretora da referida escola. Para Gil (1999, p .128), o questionário pode ser definido

[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

As perguntas abertas investigam as respondentes a fornecer respostas usando suas próprias palavras. Elas são criadas a fim de obter mais informações que o possível com o uso de perguntas acerca do tema. Enquanto as perguntas fechadas são aquelas que têm respostas pré-determinadas para que as respondentes possam escolher.

Em alguns casos, as perguntas fechadas podem ser respondidas por uma simples resposta como por exemplo: Sim, Não, Com Certeza. O instrumento foi organizado pelas acadêmicas, sob a orientação do professor orientador Richard Leão.

Através da Coleta de dados foi possível obtermos possíveis respostas às hipóteses levantadas no início do projeto de pesquisa. Durante a pesquisa de campo, foi possível também conversarmos de forma bastante interativa com as professoras sobre suas maiores dificuldades de trabalhar a educação ambiental dentro de sala de aula e no cotidiano escolar e com a coordenadora pedagógica e Diretora sobre as dificuldades de implementarem projetos na escola que estejam relacionados ao tema da pesquisa.

A pesquisa foi de cunho qualitativo, que segundo Dezin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus

pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Os autores ainda destacam que o pesquisador qualitativo acredita que tem melhor condição de se aproximar da perspectiva do ator por meio da entrevista e da observação direta. Dessa forma, buscamos compreender não apenas os dados apresentados, mas sim, as circunstâncias que englobam estes.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A escola é o principal ambiente para o desenvolvimento da sensibilização de como a humanidade depende totalmente da relação com a natureza e o uso de seus recursos naturais. Mas para isso, é necessário que, mais que conscientização sobre conceitos, a escola precisa propor trabalhar a atitude, como através de formação de valores, habilidades e procedimentos. Esse é um grande desafio para a educação. Para chegar a um comportamento “ambientalmente correto” precisa ser ensinado na prática e no dia a dia na escola: como hábitos de higiene, gestos de solidariedade e conhecimento de diversos ambientes (MEC, 2000).

No entanto, a escola na maioria das vezes é vista como reprodutora de uma cultura que é predatória do meio ambiente. Nesse sentido, todas as reflexões que estão ligadas a implementação e inserção da educação ambiental, precisam buscar aspectos que vão de contra esse cenário, buscando dar importância a práticas que ensinem todas as formas de vida que existem no planeta e sobre o meio em que estão inseridas, além de desenvolver o respeito mútuo entre todos da nossa espécie (CURRIE et al., 1998).

Nesse sentido, buscou-se compreender o que os professores entendem e conhecem sobre Educação Ambiental e como é a forma que eles trabalham essa temática na sala de aula e como a escola junto com coordenação e direção inserem esse tema no dia a dia da escola.

Foram entrevistadas 05 professoras, duas do 2º ano do Ensino Fundamental I (denominadas de P1 e P2) e três do 3º ano do Ensino Fundamental I (denominadas de P3 a P5), cuja a formação são em Letras e Pedagogia, sendo algumas das entrevistadas tendo apenas uma dessa formação.

Quando perguntadas ao responder o questionário, sobre qual o seu entender a importância da educação ambiental tem nas escolas.

As professoras do 2º ano P1 e P2 responderam:

“Incentiva os alunos desde as series iniciais para os cuidados com o planeta terra, conscientiza-los como podemos preservar o meio em que vivemos” (P1)

“Totalmente relevante! A Educação Ambiental, visto o cenário atual, faz-se imprescindível” (P2)

As professoras do 3º ano P3, P4 e P5 responderam:

“É de suma importância, devido o que estamos vivenciando com relação a destruição do planeta, quanto mais e desde cedo as pessoas se conscientizarem de que todos podem e devem colaborar pela preservação ambiental mais chances teremos de um futuro melhor” (P3)

“Educação Ambiental é um tema de grande relevância nos dias atuais, e a escola, uma instituição que deve trabalhar esse tema desde as series iniciais e durante todos os anos para que o objetivo maior, de preservação e o uso consciente dos recursos do nosso meio ambiente seja alcançado” (P4)

“Acho muito importante, pois, a partir desse trabalho os alunos já começam ter consciência da importância de se preservar o meio em que vive” (P5)

As respostas das professoras deixaram bem claro que todas tem conhecimento que o tema Educação Ambiental tem nas escolas, principalmente nas series iniciais, que é o caso onde elas atuam, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I. Quando perguntadas se já trabalharam sobre educação ambiental, quais metodologias elas utilizaram.

As professoras do 2º ano P1 e P2 responderam:

“Sim, sobre reciclagem de lixo, pinturas, garrafas pets, plásticos, papel, separação dos mesmos, e reciclagem e utilização de material como caixa de sapato e outros para porta-trecos” (P1)

“Sim, trabalhamos reciclagem e fizemos uma visita ao Bioparque para conhecer os animais e a importância da preservação” (P2)

As professoras do 3º ano P3, P4 e P5 responderam:

“Sim, através de histórias, brinquedos construídos com materiais recicláveis a fim de conscientiza-los da importância de preservação do ambiente” (P3)

“Sim. Já trabalhamos o tema “água e seu uso consciente”, onde os alunos puderam trocar ideias e experiencias sobre o tema; também já trabalhamos sobre o lixo doméstico, sobre reciclagem, coleta seletiva. Os temas são trabalhados com pesquisa, roda de conversa, vídeos, produção de cartazes, entre outras metodologias” (P4)

“Sim, utilizamos materiais recicláveis, pesquisas, documentários, produções textuais” (P5)

As respostas foram unânimes. Todas as professoras já trabalharam o tema educação ambiental com os seus alunos, quase todos voltados a reciclagem do lixo e reutilização de materiais, o que é muito importante para o desenvolvimento e formação dos alunos, pois a reciclagem ajuda a diminuir o lixo no planeta, ajuda economicamente a população ao reutilizar algo que iria para o lixo. Mas todas as respostas não mostram que a temática ambiental foi trabalhada de forma interdisciplinar e sim de forma isolada, tratando apenas de um assunto, como por exemplo do lixo.

A realização conjunta das atividades em diferentes áreas de estudo ou disciplinas e do esforço coletivo do corpo dirigente, do corpo docente e corpo discente associados à família e à comunidade resultará em um trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento da Educação Ambiental na escola (MATTOS, 2005, p. 81).

Nesse sentido, Mattos (2005) ainda cita que a escola precisa buscar por condições de aperfeiçoamento, promovendo ações como seminários, cursos com especialistas na área, entre outros. Tudo isso para ajudar os professores com novas mitologias para trabalhar com o tema educação ambiental, e não ficarem restritos aos mesmos temas sempre.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, fala da importância da educação ambiental, mas que ela não deve ser uma disciplina específica do currículo. Foi perguntado para as professoras se concordam que, por conta disso, é um tema pouco trabalhado nas escolas.

As professoras do 2º ano P1 e P2 responderam:

“Sim, pouco trabalhado nas escolas não por ser uma disciplina específica no currículo, mas acredito que por ser um tema tão importante, precisa sim ser trabalhado com mais afinco, porque é um tema de muita relevância. Podemos sim trabalhar esse assunto, mas se fosse parte do currículo muitos fariam com outra visão” (P1)

“Sim, as escolas costumam trabalhar apenas conteúdos obrigatórios” (P2)

As professoras do 3º ano P3, P4 e P5 responderam:

“Não, não concordo, realmente se estiver no currículo das séries iniciais poderíamos trabalhar muito mais conteúdos relacionados a conscientização” (P3)

“O tema educação ambiental consta no nosso currículo da disciplina ciências e como tema transversal, necessitamos de mais projetos voltados para o tema e que por isso é pouco trabalhado” (P4)

“Sim. Geralmente se trabalha no mês de junho, mas especificamente no dia 05 de junho, pois é o dia do meio ambiente. Mas acho que esse tema deveria ser trabalhado constantemente em sala de aula, pelo fato que o meio ambiente depende de todos” (P5)

De acordo com as 05 professoras, o tema educação ambiental é pouco trabalhado nas escolas por não estar presente no currículo como uma disciplina específica, mas que ainda sim pode ser inserido na escola. Mesmo não sendo uma disciplina obrigatória, a escola ao construir seu PPP, pode inserir essa temática de forma interdisciplinar através de projetos, como a professora P4 mencionou, pois o currículo não é estático, e pode ser flexível ao inserir conteúdos, projetos, entre outros.

Lopes (1999) afirma que os processos de seleção cultural que compõem os currículos escolares se concretizam no interior das escolas, que, ainda que não possam ser vistas fora de seus contextos político-sociais, não se pode, igualmente, desconsiderar a seleção que as instituições específicas fazem dos saberes escolares, na qual conteúdos são constantemente excluídos e incluídos e novas abordagens podem – e, com certeza, são – realizadas (LOUREIRO; LIMA, 2007).

Por fim, ao serem perguntadas como o tema educação ambiental pode ser trabalhada de forma interdisciplinar nos anos iniciais.

As professoras do 2º ano P1 e P2 responderam:

“Trabalhar com textos, tabelas e gráficos, mostrando o desmatamento, com reciclagens, com gincanas, jogos voltados para a questão do meio ambiente, ressaltando os países que são mais conservados, e menos conservados” (P1)

“Através de projetos, atividades práticas, leituras, pesquisas. Há uma infinidade de formas para se trabalhar com esse tema” (P2)

As professoras do 3º ano P3, P4 e P5 responderam:

“Através de leituras em várias disciplinas como: língua portuguesa, geografia, artes, ciências, leituras, atividades práticas, como confecção de cartazes, atividades com materiais descartáveis e muitas outras” (P3)

“O tema educação ambiental é muito abrangente e pode ser trabalhado em todas as disciplinas do currículo, em português como produção de texto, em matemática como levantamento de dados estatísticos, em ciências como pesquisa e exposição de resultados” (P4)

“Em produção textuais, desenhos, contações de histórias, teatro, estatísticas, etc.” (P5)

Dessa forma, após as respostas ao questionário aplicado as professoras do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I, duas das três hipóteses levantadas no trabalho foram confirmadas,

onde afirma que a escola precisa assumir uma missão fundamental a respeito da prática ambiental e que a dificuldade de ter a interdisciplinaridade inclusa no currículo escolar, prejudica a inserção da educação ambiental na prática das professoras. Além disso, a não obrigatoriedade no currículo faz com que essa temática seja apenas trabalhada em datas comemorativas, como a professora P5 citou, que é um tema mais trabalhado no dia 05 de junho, dia do meio ambiente.

Segundo Segura (2001, p. 165):

Quando a gente fala em educação ambiental pode viajar em muitas coisas, mais a primeira coisa que se passa na cabeça ser humano é o meio ambiente. Ele não é só o meio ambiente físico, quer dizer, o ar, a terra, a água, o solo. É também o ambiente que a gente vive – a escola, a casa, o bairro, a cidade. É o planeta de modo geral. (...) não adianta nada a gente explicar o que é efeito estufa; problemas no buraco da camada de ozônio sem antes os alunos, as pessoas perceberem a importância e a ligação que se tem com o meio ambiente, no geral, no todo e que faz parte deles. A conscientização é muito importante e isso tem a ver com a educação no sentido mais amplo da palavra. (...) conhecimento em termos de consciência (...) A gente só pode primeiro conhecer para depois aprender amar, principalmente, de respeitar o ambiente.

Para Munhoz (2004), uma das principais formas de levar a educação ambiental a comunidade é através da prática do professor dentro da sala de aula, utilizando atividades extracurriculares, como a professora P2 citou em uma de suas respostas, onde os alunos foram visitar o Bioparque⁶, para verem de perto os animais e ficarem mais próximos da natureza. Além disso, o autor ainda destaca que o professor é uma das peças fundamentais nesse processo frente aos problemas ambientais, pois eles irão ensinar aos seus alunos novos hábitos e atitudes que respeitam e conservam o meio ambiente, transformando-os em cidadãos conscientes com o futuro do planeta.

Foi observado na escola pesquisada que ela não tem em sua estrutura nada construído pensado de forma sustentável e ecológica. Nos espaços da escola não foi observado lixeiras para coleta seletiva, aliás, poucas lixeiras foram vistas, sendo que esse já foi um tema trabalhado em sala de aula, como citou a professora P4. Também foi observado que dentro das salas de aulas não tem nenhum material, como cartaz que trate sobre educação ambiental, fora da sala também tem poucos espaços verdes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁶ Espaço ambiental localizado na Zona sul da cidade de Macapá que congrega os biomas existentes no estado do Amapá.

Percebemos como a educação ambiental tem a capacidade de tornar alunos capazes de solucionar problemas ambientais através do incentivo que vem da escola. Mas para que isso ocorra com maior probabilidade, essas práticas precisam ser trabalhadas desde os anos iniciais, pois ajudar no desenvolvimento de alunos nas series iniciais de que suas atitudes refletem a sua qualidade de vida, ao meio ambiente e ao planeta terra, é mais provável que esse aluno consiga levar essas práticas para a sua vida adulta.

Nesse contexto, logo nos primeiros contatos em que o aluno tem com a educação ambiental nas series iniciais, ele já começa a desenvolver um pensamento crítico para com o meio ambiente, assim ele terá que pensar nas decisões antes de agir, pois é na aprendizagem das series iniciais que o aluno molda seus comportamentos do futuro.

O tema educação ambiental trabalhado de forma transversal e interdisciplinar já não pode mais ser entendido como dever e sim uma necessidade, pois o mundo precisa de urgência nas soluções dos problemas ambientais, e educar as crianças a ter consciência dos seus atos com o meio ambiente, é algo mais “simples” que educar um adulto, pois são muitos anos de hábitos ruins, sem respeito e sem interesse com a natureza.

São nítidas as inúmeras dificuldades que os professores sofrem para inserir práticas pedagógicas que envolvem a educação ambiental, mas não se pode fazer disso um empecilho para trabalhar essa temática em sala de aula. Esse tema pode ser trabalhado de forma interdisciplinar com outras disciplinas, seja através de projetos ou atividades práticas. Não é um tema para ser tratado de forma isolada, falar apenas de lixo e reciclagem é importante, mas não é o único eixo a ser trabalhado.

Diante disso, é preciso que os professores estejam interessados a buscarem por formação na área ambiental, para adquirir novos conhecimentos e colocando sempre que possível em sua prática pedagógica, para contribuir na formação integral dos alunos.

REFERÊNCIAS

AB'SABER. A. Educador Ambiental entrevista AZIZ AB' SABER. Jornal Ecopress. 21 out. 2003. Disponível em: <http://www.jornalexpress.com.br/noticias/detalhes.php?id-jornal=2&id-noticia=965%3E>

BIZERRIL, M. X. A.; FARIA, D. S. Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, jan./dez. 2001.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BONOTTO, D. M. B. Formação docente em Educação Ambiental utilizando técnicas proletivas. Paidéia, v. 15, n. 32, p. 433-440, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Temas Transversais. Brasília, DF: MEC, 1998. 436 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Niterói, RJ: Imprensa Oficial, 1988.
BRASIL. Lei n. 5.197, de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a Proteção à Fauna. Brasília: 03 de jan. de 1967. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola. Brasília (BRASIL): MEC, 2001. 426 p

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M., CARVALHO, I. C. M. (orgs). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed; 2005. p. 51-63.

CRESPO, Samyra. “Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990”. In: TRIGUEIRO, André (coord.). Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CUBA, M. A. Educação ambiental nas escolas. ECCOM, v. 1, n.2, p.23-31, 2010.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa
Edwards, M. et al. (2002). O desafio de preservar o Planeta: Uma chamada a todos os educadores. Revista Iberoamericana CTS+I, (2), jan-abr, Madri – Espanha, 2002. Recuperado em 08 nov. 2022, de <https://bit.ly/3zoD82x> .

FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 98, p. 73-95, 2007.

FERREIRA, C. F. B. Formação de professores: concepções e práticas pedagógicas de educação ambiental. 2010. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental]. Rio de Janeiro: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, J. E.; PEREIRA, S. G.; BORGES, D. C. S. A Importância da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Revista Brasileira de Educação e Cultura, 7(7), 104-119, 2013.
Disponível em <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/viewFile/113/158>. Acesso em 12 Out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HAETINGER, A. C. Educação Ambiental no ensino superior – O Conhecimento a Favor da Qualidade de Vida e da Conscientização Socioambiental. Revista Contexto & Saúde, Ijuí • v. 12 • n. 23 • Jul./Dez. 2012.

IBAMA Educação para um Futuro Sustentável – uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada. Brasília: IBAMA; UNESCO, 1999, 118p.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n.2, p. 233-250, maio/ago, 2005.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n.2, p. 233-250, maio/ago, 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. V. 118, São Paulo: cadernos de pesquisa, 2003.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. Política ambiental – Busca da efetividade de seus instrumentos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2001.

LOUREIRO, CARLOS F. & LIMA. M. J. G. S. A Educação Ambiental e a escola: uma tentativa de (re) conciliação. In: Paz, R.J. (Org.). Fundamentos, reflexões e experiências em Educação Ambiental. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007

MATTOS, Suzi. A Educação Ambiental na escola: Teoria X Prática sob o ponto de vista interdisciplinar. II Fórum Ambiental da Alta Paulista 25-28 de outubro de 2006.

MELGAR, M. J. A. Educação ambiental nas empresas: Um estudo de caso na Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda. Florianópolis, 2005.

MUNHOZ, Tânia. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental. São Paulo: Hucitec, 2003. Nacional. Brasília, DF, 1996.

OLIVEIRA, I.B. Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

OLIVEIRA, H. T. Ponto de partida: nebulosas à vista! In: MELLO, S. S, TRAJBER, R. (orgs.) Vamos cuidar do Brasil. Brasília: Ministério da Educação; 2007.

PARDO DÍAZ, Alberto Educação ambiental como projetos. 2. ed. Porto Alegre: Artemed, 2002.

PHILIPPI Jr., Arlindo; PELICONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: Signus, 2000.

PIAGET, Jean. Fazer e Compreender. São Paulo: EDUSP/Melhoramentos, 1978.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009, p. 33-79.

RIVELLI, E. A. L. Evolução da Legislação Ambiental no Brasil: Políticas de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Desenvolvimento Urbano. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental e Sustentabilidade. 2. ed. Barueri: Manole, 2014. p. 336-353.

SANTOS, C. P. A Educação Ambiental – um estudo de caso no município de Vitória da Conquista – BA Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, 2007.

SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos: Editora Rima, 2002.

SAVIANI, D. A educação musical no contexto da relação entre o currículo e a sociedade. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 9, 2000, Belém. Anais.... Belém: Abem, 2000.

SEGURA, Denise de S. Baena. Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

SILVA, A. C. S. O trabalho com educação ambiental em escolas de ensino fundamental. Revista Eletrônica do Mestrado e Educação Ambiental, Rio Grande do Sul, v. 20, p. 37-52. jan/jun, 2008.

SILVA, M. M. P. (1995). Educação ambiental integrada a coleta seletiva de lixo. Monografia de especialização. Universidade Estadual da Paraíba.

SOUZA, C. R.; AMÂNCIO, R. A empresa ambientalmente correta: no desenvolvimento sustentável, 2007. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/publicações/futAmaDilOportunidades< acessado em 15/11/2022.

TORALES, Marília Andrade. A práxis da Educação Ambiental como processo de decisão pedagógica: um estudo biográfico com professoras de educação infantil na Galiza (Espanha) e no Rio Grande do Sul (Brasil).2006. 566f. Tese (Doutorado Interuniversitário em Educação Ambiental). Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 2006.

TRIGUEIRO, A. (Coord.). Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 58-73.